

ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO LINGUÍSTICO E CULTURAL NO COLÉGIO ESTADUAL INDÍGENA DE CORUMBAUZINHO, PRADO-BA

Maicon Rodrigues dos Santos¹

Resumo: Atualmente, os professores indígenas estão ensinando a língua indígena e a cultura nas escolas indígenas. Todavia, os pais consideram o ensino da língua e da cultura um pouco fraco, principalmente na aldeia Corumbauzinho. Assim, o objetivo desse trabalho é identificar as estratégias elaboradas pelos professores Pataxó da aldeia Corumbauzinho, com a finalidade de fortalecer o ensino da cultura e da língua indígena. Essa pesquisa utilizará a abordagem qualitativa. Como resultado, observa-se que os professores indígenas da aldeia Corumbauzinho esforçam-se para fortalecer a língua e a cultura indígena utilizando várias estratégias. Conclui-se que a Secretaria de Educação do Estado da Bahia pode ajudar a fortalecer a língua e a cultura indígena através de concursos públicos específicos para professor de cultura, assim como promovendo mais formações continuadas para professores que atuam com a língua e com a cultura indígena.

Palavras-chave: Língua Indígena. Patxôhá. Professor de Cultura.

STRATEGIES FOR LINGUISTIC AND CULTURAL STRENGTHENING IN THE INDIGENOUS STATE COLLEGE OF CORUMBAUZINHO, PRADO-BA

Abstract: Currently, indigenous teachers are teaching indigenous language and culture in indigenous schools. However, parents consider the teaching of language and culture a little weak, especially in Corumbauzinho village. Thus, the objective of this work is to identify the strategies developed by Pataxó teachers from Corumbauzinho village, with the purpose of strengthening the teaching of indigenous culture and language. This research will use the qualitative approach. As a result, it is observed that the indigenous teachers of the Corumbauzinho village strive to strengthen the indigenous language and culture using various strategies. It is concluded that the Department of Education of the State of Bahia can help strengthen indigenous language and

1. Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais pela UFSB. Especialista em Educação Escolar Indígena pela Faculdade Alfamérica. Graduado em Pedagogia pela Faculdade de Ensino Regional Alternativa (FERA). Especializando em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Endereço eletrônico: maiconrodriguesdossantos1992@gmail.com.

culture through specific public tender for culture teachers, as well as promoting more continuing education for teachers who work with indigenous language and culture.

Keywords: Indigenous Language. Patxôhã. Culture Teacher.

Introdução

A educação escolar indígena nos últimos anos tem avançado bastante, mas ainda precisa de muita melhoria para que ela se torne, efetivamente, uma educação de qualidade. Infelizmente, existem muitas escolas indígenas que não possuem prédios próprios, e as que possuem prédios próprios, muitas vezes, são construídas pela própria comunidade (BANIWA, 2019). Muitas escolas não possuem água potável, energia elétrica e internet. São necessárias políticas educacionais efetivas para a melhoria da qualidade da educação ofertada para as escolas indígenas.

No que se refere aos aspectos linguísticos e culturais, observa-se que as populações indígenas da região nordeste são as que mais sofreram com o processo colonial. Foram os primeiros povos a terem contato com os portugueses, tendo que ressignificar os seus modos de vida para permanecerem sobrevivendo. Segundo as autoras Porto e Bonin (2020),

A ação colonizadora do homem europeu no Brasil deixou marcas profundas de desrespeito às diversas etnias indígenas. Os índios foram expulsos de suas terras, destituídos de sua nacionalidade, emudecidos em seus idiomas, explorados e expostos a métodos de trabalho escravo. Foram espoliados de seus direitos de expressão e de uso de suas tradições (PORTO; BONIN, 2020, p. 103).

Devido ao processo cruel de colonização que os povos indígenas tiveram que passar e que fez com que muitos indígenas tivessem as suas culturas e as suas línguas enfraquecidas, “[...] as escolas nas aldeias passaram a ajudar no resgate, na revitalização e na reatualização das culturas indígenas que haviam sido desvalorizadas ou mesmo abandonadas” (BANIWA, 2019, p. 43). A escola indígena na atualidade serve como instrumento de valorização das línguas e das culturas indígenas.

No caso da Bahia, as escolas indígenas dividem-se em municipais e estaduais. Antes disso, a Funai era a responsável por ofertar a educação escolar indígena para as comunidades. Porém, após o Decreto Presidencial 26 de 1991, a educação escolar indígena passou a ser de responsabilidade do Governo Federal, que passou essa responsabilidade para os estados e municípios.

Sobre as escolas municipais da Bahia, nos casos mais específicos de Porto Seguro, as escolas indígenas possuem um professor de cultura específico para trabalhar com as escolas indígenas, como por exemplo, as escolas municipais do Pé do Monte, Boca da Mata e Barra Velha. Já as escolas estaduais não possuem um professor de cultura específico. O que se tem são as disciplinas Língua Indígena e Identidade e Cultura no ensino fundamental e apenas Língua Indígena no ensino médio.

Há uma preocupação por parte dos professores do Colégio Estadual Indígena de Corumbauzinho, mais especificamente os professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, sobre a língua e a cultura indígena. Estes, apesar de serem indígenas, sentem dificuldades em trabalhar com os estudantes esses aspectos culturais. Para eles, é necessário que haja um professor de cultura específico para trabalhar com essas turmas. No caso dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, também não há um professor específico para trabalhar com a cultura indígena. Há alguns professores que trabalham com a Língua Indígena e outros com a Identidade e Cultura, mas não há um professor de cultura próprio.

Algumas situações similares às informadas acima, encontram-se na Escola Municipal Indígena Feliciano Pio, uma escola indígena Terena, localizada no município de Aquidauana. Nela, “[...] o ensino da língua materna não está sendo bem-sucedido, professores indígenas da geração mais recente têm dificuldades de ensinar a mesma, pois não falam fluentemente ou infelizmente não sabem falar” (JORDÃO, 2022, p. 20). Percebe-se que não só os professores Pataxó da aldeia Corumbauzinho possuem dificuldades para ensinar a língua indígena, mas outros povos, como os Terena, por exemplo.

A pesquisadora Jordão (2022) traz uma grande preocupação quanto ao ensino da língua indígena pelo povo Terena. Segundo ela, o professor indígena que não fala mais a sua língua tem dificuldades para ensinar o aluno indígena que também não fala mais a sua língua. Em relação ao povo Pataxó,

No cotidiano, o povo Pataxó usa o português, que, hoje, é a sua primeira língua; entretanto, através do processo de retomada da língua originária, que começou em 1998, os Pataxó se fortalecem e estão reaprendendo, novamente, resultado de um movimento coletivo de mobilização pela valorização da sua cultura e pela afirmação de sua identidade 'pataxó' (BOMFIM, 2017, p. 304).

A pesquisadora indígena Pataxó Anari Braz Bomfim nos traz que o povo Pataxó está reaprendendo a sua língua, através da retomada linguística. A língua indígena Pataxó, o Patxôhã, já está sendo ensinada nas escolas indígenas Pataxó pelos professores de cultura. Entretanto, como abordado antes, as escolas indígenas estaduais não possuem esse profissional de forma regular. Existem as disciplinas de Língua Indígena e Identidade e Cultura, mas não há uma vaga específica para o professor de cultura. Apesar disso, os professores indígenas que trabalham com essas disciplinas estão se esforçando para promoverem uma educação bilíngue e intercultural.

Após a criação do grupo Atxôhã (um grupo de pesquisadores indígenas Pataxó, que pesquisam sobre a língua Patxôhã), houve avanços muito significativos no processo de ensino da língua e da cultura indígena:

- A mobilização de jovens indígenas na valorização e divulgação do Patxohã em diversos espaços;
- Ensino do Patxohã em todas as escolas, com a contratação de professores pataxó pelas secretarias de educação municipais e estadual;
- Pais estimulando os seus filhos para a aprendizagem do Patxohã;
- Publicação de materiais didáticos em Patxohã entre os Pataxó da Bahia e Minas;
- Valorização do Patxohã nas atividades culturais e esportivas realizadas nas comunidades;
- Estimular os pais a registrar seus filhos com nomes Patxohã;
- Criação de cantos;
- Identificação no Censo Escolar – INEP;
- Artigos e trabalhos acadêmicos escritos pelos próprios pesquisadores e professores pataxó sobre o Patxohã, contribuindo para o seu reconhecimento, divulgação e valorização;
- O Patxohã se tornou um canal de interação e união entre as aldeias do extremo sul da Bahia e as de Minas Gerais.
- O processo de retomada linguística tem sensibilizado outros povos a valorizarem suas línguas (BOMFIM, 2017, p. 324-325).

Observa-se nos tópicos escritos pela pesquisadora Anari que existe a contratação de professores Pataxó. Isso é um fato, pois é recomendável que as escolas indígenas contratem prioritariamente professores indígenas. Todavia, nem todos os professores Pataxó possuem um conhecimento aprofundado sobre a questão cultural e linguística. Dessa forma, os professores indígenas de Corumbauzinho reivindicam um professor de cultura, considerando que este profissional está apto para exercer as atividades culturais e linguísticas.

Os autores Oliveira e Costa (2021), ao tratarem sobre o ensino da língua na escola indígena Kijêtxawê Zabelê, localizada no município de Prado-BA, terra indígena Comexatibá, afirmaram que a comunidade estava considerando o ensino da língua muito fraco. Fator também que está acontecendo na aldeia Corumbauzinho. Os pais sempre reivindicam a contratação do professor de cultura, para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, pois, para eles, o aprendizado cultural e linguístico dos estudantes está muito fraco. Baseados nisso, os educadores indígenas pensaram estratégias para tentar melhorar o processo de ensino e aprendizagem em relação às questões linguístico-culturais. Essas estratégias serão analisadas nos capítulos seguintes.

A escola Laklãnô do povo Xokleng, localizada em Santa Catarina, possui profissionais específicos para orientar a cultura e a língua indígena (PADILHA, 2020). Os caciques do povo Xokleng também conseguiram um curso de formação para os professores indígenas sobre como lecionar a língua Xokleng. Além de uma escola indígena ter pessoas específicas para trabalhar com a língua e a cultura indígena, as formações iniciais e continuadas são muito importantes para estes profissionais se aperfeiçoarem.

Como os pais consideram o ensino do Patxôhã fraco no Colégio Estadual Indígena de Corumbauzinho e constantemente reivindicam a contratação de um professor de cultura, este trabalho tem como objetivo identificar as estratégias elaboradas pelos professores Pataxó da aldeia Corumbauzinho, com a finalidade de fortalecer o ensino da cultura e da língua indígena, considerando que não há uma contratação específica para um professor de cultura e que são os professores Pataxó que são encarregados de trabalharem a questão cultural e linguística, mesmo sem terem formações específicas na área linguística e intercultural, muitas vezes.

Nos capítulos seguintes serão trazidos alguns pontos sobre o início da educação escolar indígena no Brasil e na Bahia. Ademais, observar-se-á algumas falas que foram coletadas através de questionários de alguns professores indígenas do Colégio Estadual Indígena de Corumbauzinho. Por fim, serão informadas as estratégias que os professores Pataxó da aldeia Corumbauzinho utilizam para poder fortalecer o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes do colégio Corumbauzinho.

Essa pesquisa utilizará a abordagem qualitativa. As técnicas empregadas serão a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo e a pesquisa documental. Como coletas de dados, serão utilizadas a observação participante² e os questionários *on-line*. Como análise dos dados, serão discutidas as respostas dos questionários. Serão analisados também documentos escolares como planos de ação e Projeto Político-Pedagógico. Finalmente, serão utilizados autores indígenas e não indígenas que dialogam com o tema.

Breve histórico da educação escolar indígena no Brasil e na Bahia

Atualmente, no Brasil, existem cerca de 305 povos indígenas, falando 274 línguas indígenas. Entretanto, no período em que o Brasil foi “descoberto”, esse número era muito maior. Infelizmente, com a chegada dos colonizadores europeus, muitos povos indígenas foram dizimados por doenças trazidas pelos portugueses. Além do mais, muitos indígenas foram escravizados e aqueles que não se submetessem à Coroa Portuguesa eram mortos, através das “Guerras Justas” (BANIWA, 2019).

Sobre a questão educacional dessas populações, é importante frisar que no período colonial, a educação ofertada para os povos indígenas tinha como finalidade a catequização através dos padres Jesuítas (KNAPP, 2020). Durante esse processo de catequização, os padres aprendiam as línguas dos indígenas e ensinavam eles sobre a fé católica, com o objetivo de convertê-los ao Cristianismo. Isso fez com que as línguas e as culturas indí-

2. O autor deste trabalho também atua como diretor escolar no Colégio Estadual Indígena de Corumbauzinho.

genas passassem a ser enfraquecidas. Nesse período ocorreu o aldeamento de diversos povos indígenas.

Ainda no Brasil Colônia, no período denominado como Diretório dos Índios, o Ministro de Portugal, Marquês de Pombal, determinou que os Jesuítas fossem expulsos da Colônia e que os aldeamentos fossem extintos e se transformassem em vilas. Sobre a educação dos indígenas, ela deveria ser ministrada na língua portuguesa (SOUZA, 2021), haveria separação entre meninos e meninas e, nesse período, foram dados sobrenomes portugueses aos indígenas. Isso caracterizou ainda mais o enfraquecimento das línguas indígenas e das culturas.

No período republicano, em 1910, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais, alterado em 1918 para Serviço de Proteção aos Índios (SPI). O foco da educação para os indígenas nesse período era o de formar os indígenas para trabalhar como trabalhadores rurais e também fazerem segurança nas fronteiras do Brasil (KAYAPÓ, 2019). Foi o período em que o Instituto Linguístico de Verão (*Summer Institute of Linguistic*) atuou entre vários povos, a serviço do Estado, para fazer pesquisas sobre as línguas indígenas e, ao mesmo tempo, evangelizar estes povos.

Em 1967, depois de muitas denúncias contra o SPI, que estava permitindo um verdadeiro genocídio sobre as populações indígenas (FEITOSA; SOUZA, 2020), como o Fogo de 51, ocorrido na aldeia Pataxó Barra Velha, por exemplo, foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que tinha como finalidade proteger os povos indígenas, mas que acabou reproduzindo o que o SPI estava fazendo. A Funai, ao invés de ajudar os povos indígenas a se manterem como tais, estava tentando integrá-los à Comunidade Nacional, fazendo com que o processo educacional fortalecesse a língua portuguesa em detrimento da língua indígena.

O Estatuto do Índio, ainda vigente, deixa claro como deveria ser o processo de escolarização dos povos indígenas, que deveria preparar os indígenas para serem integrados à sociedade brasileira. Esse Estatuto foi criado durante o regime da Ditadura Militar (1964-1985), regime que ficou conhecido por dizimar vários indígenas (CAVALCANTE, 2020) e lotear as suas terras para fazendeiros.

Em 1988, pela primeira vez na história, foram reconhecidos aos indígenas o direito de permanecerem a viver como indígenas em suas terras originárias e a utilizarem as suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, mediante a promulgação da Constituição Federal. Essa Constituição foi considerada um marco histórico por ter os direitos dos povos indígenas reconhecidos.

Em 1996, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que traz algumas das finalidades da educação escolar indígena. Dentre elas, estão a recuperação das memórias históricas, reafirmação das identidades étnicas e valorização das suas línguas e ciências. Depois da LDB, surgiram várias legislações que tratam da Educação Escolar Indígena, como Planos, Diretrizes, Pareceres e Resoluções, além de Referenciais Curriculares como é o caso do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI).

Estrutura e funcionamento do Colégio Estadual Indígena de Corumbauzinho

O Colégio Estadual Indígena de Corumbauzinho passou a ter esse nome a partir de 2014, quando passou a ofertar o ensino médio. Antes disso, em 1992, ele pertencia à esfera municipal e se chamava Escola Municipal Pedro Álvares Cabral. Em 2004, passou a pertencer à esfera estadual e ficou conhecido como Escola Estadual Indígena de Corumbauzinho.

O colégio Corumbauzinho localiza-se na aldeia Corumbauzinho, terra indígena Barra Velha, no município de Prado-BA. A aldeia Corumbauzinho fica próxima das aldeias Águas Belas e Craveiro, fazendo divisa também com o Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP). Inicialmente, o colégio Corumbauzinho possuía apenas os anos iniciais do ensino fundamental e poucas salas de aula (feitas pela própria comunidade). Com o passar dos anos, o colégio conseguiu ofertar os anos finais do ensino fundamental e conseguiu duas salas de aulas construídas pela Secretaria de Educação da Bahia, além de dois banheiros, uma cantina e uma secretaria. Depois a escola passou a ofertar o ensino médio, utilizando salas improvisadas como a

Igreja Católica da comunidade. A partir de 2022, a comunidade indígena de Corumbauzinho, juntamente com outros parceiros, fizeram mais três salas de aulas e deixaram mais uma no ponto de cobertura. Essas salas já estão sendo utilizadas. Além das etapas de ensino informadas, a unidade escolar também oferta a creche de 3 anos e a educação infantil, composta pelas turmas de 4 e 5 anos e a educação de jovens e adultos (EJA), dos eixos I ao V.

Atualmente, o colégio Corumbauzinho possui 165 alunos, 8 funcionários de apoio, 15 professores, um diretor e uma vice-diretora. Possui 7 salas de aulas, uma cantina, uma secretaria, três banheiros e uma sala que funciona como sala de informática e biblioteca. O colégio é de pequeno porte e funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno. As turmas de creche e de educação infantil funcionam com um professor único. Nessas turmas são os próprios professores que trabalham a língua e a cultura indígena. Os professores dessas turmas possuem muitas dificuldades para trabalhar com essas disciplinas. Fator que os motivou a considerarem um professor de cultura importante para atuar nessas turmas, pois, dessa forma, eles trabalhariam com as demais disciplinas, enquanto o professor de cultura se dedicaria a atuar especificamente com a língua e com a cultura indígena.

No que refere às turmas dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, há uma educadora que trabalha com todas as turmas com a disciplina de Língua Indígena. Em relação à disciplina de Identidade e Cultura, há cerca de três professores programados com a disciplina de Identidade e Cultura, devido à distribuição de carga horária. É importante frisar que nas contratações de professores indígenas não há contratações específicas por disciplina, como ocorre nas escolas não indígenas, por exemplo, professor de matemática, professor de física, etc. Os concursos e processos seletivos não definem quais disciplinas o professor irá lecionar. Essa função compete à própria unidade escolar escolher ou, às vezes, já vem pré-determinadas pela SEC, devido haver vencimentos de contratos ou solicitação de exoneração pelos professores. Sobre a Educação de Jovens e Adultos, não há a disciplina de Língua Indígena.

Ensino da Língua e da Cultura Indígena pelos professores Pataxó de Corumbauzinho

As informações dos educadores do colégio Corumbauzinho foram coletadas através de um questionário eletrônico, pelo *Google Forms*. É importante frisar que devido alguns destes educadores optarem que os seus nomes não fossem divulgados, eles serão representados pelas siglas P1, P2 e P3. A primeira pergunta do questionário foi a seguinte: Como você trabalha com a disciplina Língua Indígena na sala de aula? As respostas foram:

P1 - Leitura e interpretação de texto, diálogos e o lúdico.

P2 - Com as palavras, principais saudações, cores, números, partes do corpo. Com a escrita na lousa e depois a pronúncia para os alunos aprender.

P3 - Trabalho conteúdos voltados para a língua indígena, músicas e danças indígenas do povo Pataxó, jogos, etc.

Observa-se que os educadores citados trabalham com a língua indígena na sala de aula. Algumas metodologias que estes profissionais utilizam são a leitura, a interpretação textual, jogos e brincadeiras (lúdico), palavras, saudações principais, cores, números, partes do corpo, pronúncia, músicas e danças do povo Pataxó. Cada metodologia aplicada é adaptada ao nível dos estudantes. Percebe-se uma vasta metodologia para se trabalhar a língua indígena.

A segunda questão foi a seguinte: Como você trabalha com a disciplina Identidade e Cultura na sala de aula? Eles responderam da seguinte forma:

P1 - Este ano não trabalho com a disciplina.

P2 - Busco sempre trazer os acontecimentos e os fatos desde o passado até o futuro, seja qual for a cultura.

P3 - Trabalho mais é textos voltados para a valorização cultural do povo Pataxó, como por exemplo, narrativas indígenas, contos e causos do povo Pataxó, pintura corporal, lendas e mitos indígenas.

Ao observar as afirmações dos educadores, conclui-se que um educador não atua com a disciplina Identidade e Cultura. Isso se dá devido a distribuição da carga horária, que as vezes é necessário dividir uma mesma disciplina para mais de um professor para que se complete a carga horária, que geralmente é de 16 horas/aulas pela tarde e 20 horas/aulas pela manhã.

O professor P2 não trabalha apenas a cultura indígena, ele trabalha também a cultura de outros povos, o que é muito importante, tratando-se de uma educação escolar indígena intercultural. Além disso, ele não frisa a questão histórica, trazendo situações apenas do passado, ele traz situações do presente e do futuro. Isso é fundamental para o fortalecimento identitário, pois além de o estudante conhecer a sua história, ele também percebe a sua realidade atual e começa a projetar o seu futuro.

O terceiro educador trabalha com contos, causos, narrativas, lendas e mitos Pataxó, assim como textos sobre a valorização cultural do povo Pataxó e pinturas corporais. Esses aspectos são muito essenciais para que os estudantes conheçam a importância de se conhecer as diferenças entre os diversos tipos de gêneros textuais que abrangem a cultura indígena, assim como os significados das pinturas corporais. Além do mais, Silva (2019), salienta que

A língua indígena vem para as pessoas (1) no fazer cultural, (2) com o sentimento da força ancestral, e na (3) interação com a natureza. Essas três ideias devem ser consideradas na organização de atividades de retomada cultural da língua, em quaisquer contextos, inclusive na escola (SILVA, 2019, p. 6).

Em relação à participação de cursos ofertados pelas secretarias municipais/estaduais de educação, dois professores disseram já ter participado, e um não participou:

P1 - Sim, já participei do curso Atxôhã Pataxó. P2 - Sim. P3 - Não.

A pesquisadora indígena Bomfim (2017) salientou que o Atxôhã, de fato, está promovendo formações de professores indígenas, em parceria com as secretarias de educação. Todavia, ainda há professores que atuam com a disciplina de Patxôhã e com Identidade e Cultura que ainda não foram contemplados.

Sobre as experiências dos professores que participaram das formações continuadas para o trabalho com a língua indígena e com a cultura, eles responderam da seguinte maneira:

P1 - Foi maravilhoso, teve parentes Pataxó de várias aldeias e estados. O olhar de cada um sobre o Patxôhã... algumas coisas eu já sabia, mas outras eu vim aprender. Foi uma experiência linda. P2 - Ainda estou participando.

Percebe-se que a troca de experiência entre os educadores foi bastante proveitosa. O compartilhamento de ideias entre os Pataxó de várias aldeias e estados contribuiu para que as experiências linguísticas fossem bastante ricas.

Por fim, foi indagado se há formações continuadas de forma suficiente. Eles disseram que: *P1 - Se está promovendo é pouco. Penso eu que deve ocorrer mais, pois são experiências diferentes, mesmo sendo do mesmo povo, mas não sobrevivemos da mesma forma. Então essas formações têm que ocorrer mais vezes. P2 – Sim. P3 – Não.*

Através dessas respostas, observa-se que tem professores que acham que as formações que estão ocorrendo são insuficientes; outros acham que são poucas. Dessa forma, as secretarias de educação devem promover formações continuadas, em parcerias com professores habilitados na questão linguística, de forma que contemple todos os professores que estão atuando com disciplinas específicas.

A importância do professor de cultura indígena

No questionário *on-line*, também foram feitas perguntas sobre o professor de cultura. Uma das perguntas foi: Você acha que a escola deve ter um professor de cultura para os anos iniciais do ensino fundamental? Por que? As respostas foram:

P1 - Com certeza, assim como temos o professor específico só para língua estrangeira, temos que ter um olhar maior só para o Pataxô também.

P2 - Sim, porque pode trabalhar de forma igualitária de acordo com o desenvolvimento das turmas e não com conteúdo e assuntos de forma aleatória.

P3 - Na minha opinião, sim. Mesmo que todos nós somos professores indígenas, mas ainda vejo a necessidade de ter um professor específico para estar trabalhando a cultura; porque, tendo um professor de cultura, o foco dele só será a cultura, não vai ter outras disciplinas para acarretar tanto ele. Com isso, ele irá conseguir se dedicar apenas para a cultura. E até porque, mesmo que somos todos professores indígenas, mas há muitas coisas ainda que não temos prática e nem habilidade de fazermos, como por exemplo, a pintura corporal. Nem todo professor sabe fazer pintura indígena, não é porque eu sou uma professora indígena, que eu devo saber fazer uma pintura indígena. Tudo vai pelo dom da pessoa: há pessoas que tem muita habilidade de fazer pintura, outras não.

Os professores acham importante que a escola tenha um professor de cultura específico, pois o professor de cultura poderá trabalhar de forma mais contundente tanto a língua quanto a cultura indígena. Ademais, ele poderá dar uma assistência melhor para cada turma individualmente, assim como trabalhar aspectos da cultura indígena em que os professores indígenas não possuem habilidades. As respostas dos professores também dialogam com Silva (2022), que afirma que o professor de cultura está “[...] legitimado em textos curriculares como personagem importante na “revitalização” da cultura pataxó, podendo ser lido como o (a) profissional responsável na escola pela reunião dos processos pedagógicos da cultura (SILVA, 2022, p. 21).

No que se refere ao conceito de revitalização, Moraes (2021) entende a

[...] revitalização linguística como um processo com um conjunto de metodologias e técnicas linguísticas que buscam ampliar o número de falantes de uma língua, levando em consideração as especificidades de cada grupo. Isso é muito importante porque valoriza as línguas que podem se extinguir, amplia a diversidade linguística e valoriza saberes tradicionais (MORAES, 2021, p. 490-491).

Valorizar os saberes tradicionais e as línguas indígenas que podem ser extintas ou que estão em processo de revitalização, assim como ampliar o número de falantes de uma língua são processos em que os professores indígenas estão fazendo, ou pelo menos tentando fazer, para que os estudantes conheçam as suas línguas e tentem utilizá-las em situações cotidianas.

Sobre a importância do professor de cultura, os educadores disseram que

P1 - O professor, ele é um líder sempre buscando alternativas para que o aluno se envolva dentro da disciplina e aprenda mais sobre sua identidade.

P2 - Bom, o professor indígena é importante. Por você ser indígena, você deve conhecer e trazer seus costumes, crenças e tradições para o ambiente escolar. É fundamental para o desenvolvimento dos nossos alunos, culturalmente.

P3 - A importância do professor de cultura é para fortalecer mais a questão cultural na escola, tendo em vista que não é o único responsável por isso, mas o professor de cultura é como se fosse o principal incentivador da cultura, para que todos nós possamos estar juntos com ele, ajudando no que for preciso.

Ou seja, todos estão em comum acordo que o professor de cultura tem uma importância significativa no processo de fortalecimento identitário dos estudantes. Aliás, ele não é o único responsável pela questão cultural, de forma que os demais professores, por serem indígenas também, precisam trazer para o ambiente escolar os seus costumes, crenças e tradições.

A última pergunta sobre o professor de cultura foi a seguinte: Você acha que o professor de cultura é o principal responsável por toda a questão cultural da escola e somente ele deve tomar todas as iniciativas culturais? Por que?

P1 - O professor de Patxôhã não é o principal responsável, não. Ele, assim como as outras disciplinas, tem que trabalhar em conjunto com os colegas para poder chegar a um objetivo, que é o aprendizado dos alunos.

P2 - Não, a cultura é ampla e todos os profissionais que trabalham na área da educação escolar indígena têm que estar qualificados ou saber o básico sobre a questão dos povos indígenas.

P3 - Não. Qualquer professor pode ser responsável pela questão cultural, mas o professor de cultura é fundamental para ser como um auxílio para os outros professores, para estar orientando os demais professores, que ainda têm dificuldades em algumas questões que envolvem a cultura.

Os professores concordam que o professor de cultura não deve ser o principal responsável pela questão linguística e cultural da escola, porém ele é fundamental para o avanço da educação bi/multilíngue e intercultural. Na escola Laklânô do povo Xokleng, “Os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano) são atendidos pelos professores regentes, com o apoio de um coordenador da língua” (PADILHA, 2020, p. 22-23). Esse caso é parecido com o dos professores do Corumbauzinho. A diferença é que eles possuem um coordenador de língua, e os professores do Corumbauzinho não possuem.

Dessa forma, a secretaria de educação da Bahia precisa dialogar com as comunidades indígenas para saber como que as escolas indígenas pensam a educação escolar indígena, pois há a necessidade de haver a contratação de um professor de cultura indígena, de forma integral (40h) para trabalhar com todas as turmas da unidade escolar, principalmente através de um concurso público específico, considerando que os contratos temporários não garantem a efetividade do educador no cargo.

Estratégias de fortalecimento linguístico e cultural

No início do ano de 2023, na Jornada Pedagógica, foi feito um plano de ação pelos professores, direção e representantes do Colegiado Escolar, onde algumas ações voltadas para o fortalecimento cultural foram registradas. Algumas dessas ações foram: executar os projetos estruturantes no ano de 2023; formatura; restauração do Poço Fundo; Lual.

Além das ações acima, ficou definido algumas datas comemorativas no calendário escolar: São Braz; aniversário da escola; Dia dos Povos Indígenas; Gincana Cultural e Transformaê.

No Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar, que está em processo de revisão, tem também o projeto de intercâmbios estudantis interculturais, que é um projeto que envolve escolas não indígenas e Universidades. A seguir, trataremos um pouco sobre as ações, as datas comemorativas e sobre o projeto de intercâmbios.

Plano de ação

Segundo o site da Secretaria de Educação, os projetos estruturantes

[...] constituem uma categoria de ação composta por um conjunto de projetos que, além de implementarem políticas educacionais, buscam a reestruturação dos processos e gestão pedagógica, a diversificação e inovação das práticas curriculares e, como consequência e foco principal, a melhoria das aprendizagens³.

O Colégio Estadual Indígena de Corumbauzinho (CEIC) além de utilizar os projetos estruturantes para a melhoria da aprendizagem dos estudantes, ele utiliza para o fortalecimento identitário e linguístico. Geralmente, há uma divisão dos projetos (AVE, FACE, TAL) onde cada professor, ou grupo de professores, fica responsável por executar determinado tipo de projeto.

O AVE (Artes Visuais Estudantis) geralmente o(a) professor(a) de artes fica responsável, de forma individual ou em grupo. Nesse projeto, muitas artes são elaboradas. Muitas destas utilizando aspectos da cultura indígena

3. Disponível em <http://escolas.educacao.ba.gov.br/projetos-estruturantes>. Data de acesso: 19 de março de 2023.

Pataxó como cocares, maracás, pinturas indígenas, arcos e flechas, o Monte Pascoal, dentre outros. É um projeto muito importante, pois além de estimular os estudantes a produzirem artes, fortalece a identidade dessa clientela.

O FACE (Festival Anual de Canção Estudantil) é um projeto que envolve produção musical. Os alunos do CEIC já foram por diversas vezes para a etapa regional. As músicas geralmente tratavam sobre o respeito ao indígena, vivência na aldeia e o dia a dia de uma adolescente. Apesar de os estudantes não terem avançado para a etapa estadual, isso foi um grande orgulho para a escola e para a comunidade indígena de Corumbauzinho, por ter estudantes levando a cultura “para fora”.

Em relação ao TAL (Tempo de Artes Literárias), costuma-se os professores de Língua Portuguesa ficarem responsáveis. Nesse projeto há uma vasta produção literária, envolvendo poemas e narrativas. São diversos temas como causos, histórias de vida e vivência escolar. Uma ex-estudante foi aprovada para a etapa estadual por ter feito um poema sobre o Fogo de 51. Infelizmente não houve possibilidade de ela viajar, por motivos de logística. Outra vez, uma estudante, que atualmente é professora da unidade CEIC, além de recitar um poema na língua portuguesa, recitou também na língua Patxôhã, valorizando assim a língua do povo Pataxó, a qual ela também pertence.

Existem outros projetos estruturantes que ainda não foram trabalhados de forma efetiva pela unidade escolar, mas que estão gradativamente sendo incorporados pelos educadores e estudantes para serem trabalhados. Esses projetos são o EPA, PROVE, FESTE, ENCANTE e DANCE. Resumidamente, o EPA trata sobre patrimônios, o PROVE sobre produção de vídeos, o FESTE sobre teatros, o ENCANTE sobre corais e o DANCE sobre danças.

Sobre a formatura no CEIC, é importante frisar que ela já vem acontecendo a bastante tempo. Inicialmente, aconteciam formaturas com as turmas do 5º ano e do 9º ano. Com o advento do ensino médio, os estudantes da 3ª série do ensino médio também passaram a fazer formatura. De alguns anos para cá, apenas estudantes da 3ª série do ensino médio passaram a fazer as formaturas de colação de grau. Algo que precisa ser revisto.

Nas formaturas, tudo é pensado de forma cultural. Desde as vestimentas até a cerimônia. Primeiro, é feita a ornamentação, onde professo-

res(as) utilizam uma grande variedade de ornamentos para que o ambiente fique bem cultural. Alguns desses ornamentos são malhas, TNTs, plantas, flores e pinturas indígenas. Depois acontece a pintura dos estudantes e a utilização dos trajes indígenas (cocares, tangas e colares). Durante o período da cerimônia, os estudantes fazem homenagens para os pais, professores, a Deus, e no final fazem o juramento (geralmente em Patxôhã) sobre continuarem estudando. No final da cerimônia, a mesa (composta, geralmente, pelo diretor da escola, cacique, pajé, representante dos professores, dos pais e outras autoridades) faz o seu pronunciamento e entrega os certificados para os estudantes.

Em relação à restauração do Poço Fundo (*Ikwará Kêé* em Patxôhã), esse espaço já existia antes, porém no início do ano 2020 ele foi restaurado. Foi um momento muito rico, pois os estudantes do curso de letras da UNEB puderam conhecer e participar de palestras e de rituais nesse espaço, juntamente com o corpo docente e discente do CEIC. Com a pandemia da COVID-19, esse espaço não foi mais utilizado. Dessa forma, no plano de ação de 2023, a restauração desse local foi colocada em pauta, e os professores e os estudantes já fizeram a limpeza desse ambiente.

No que se refere ao Lual, para o CEIC é uma inovação, pois até o momento não houve um momento em que houvesse uma apresentação cultural em dia de lua cheia. O Lual já ocorreu em outras aldeias como a aldeia Barra Velha, mas na aldeia Corumbauzinho, mais especificamente no colégio, está sendo a primeira vez. Já ocorreu sim, noites culturais, mas não em dias de lua cheia. Esses luais acontecerão com estudantes do ensino fundamental dois, do ensino médio e estudantes da educação de jovens e adultos (EJA). Terá como finalidade ampliar a utilização da língua e da cultura indígena, através dos awês e das contações de causos.

Além das ações citadas, existe uma outra ação que não foi adicionada no plano de ação, mas que ficou acordada durante a Jornada Pedagógica, que foi a de utilizar todas as sextas-feiras pela manhã para se fazer um momento cultural com as turmas do turno matutino, incluindo as turmas de creche e educação infantil. Esse momento cultural será um momento onde, de forma conjunta, será praticado o awê, oficinas de pinturas indígenas e confecção de artesanatos, contação de histórias, além de haver a

possibilidade de se convidar outras pessoas da comunidade para ajudarem nesses momentos culturais, como por exemplo, o cacique, o pajé, funcionários da saúde, dentre outros.

Datas comemorativas

A festa de São Braz é uma festa tradicional dos moradores da aldeia Corumbauzinho. Ela acontece todos os anos durante os dias 1, 2 e 3 de fevereiro. Costuma-se nos primeiros dois dias haver uma grande festividade, envolvendo carne assada e um sambinha, com direito a um forrózinho à noite. No terceiro dia, há uma missa, seguida da entrega do ramo para os festeiros, que se comprometeram em fazer as festividades do ano seguinte. Essa data, apesar de não cair no calendário letivo da escola, é bastante importante para a comunidade indígena de Corumbauzinho.

No que concerne ao aniversário da escola, é algo que ainda não foi feito desde a sua criação em 1992. É importante que se comemore o aniversário da escola na aldeia, pois esta foi adquirida após muitas cobranças das lideranças, inclusive a implementação dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Foi uma grande conquista para a comunidade de Corumbauzinho, que precisa ser comemorada com uma grande festividade. Essa é uma forma de a comunidade se orgulhar cada vez mais das suas lutas e do seu pertencimento étnico, porque a escola é um local que fortalece a língua e a cultura indígena.

Sobre o Dia dos Povos Indígenas, antes denominado de Dia do “Índio”, o CEIC sempre tem comemorado essa data. Comemorado no sentido de relembrar a resistência que os povos indígenas e, mais especificamente, o povo Pataxó tem tido no decorrer dos séculos. Nesse dia, faz-se competições de jogos indígenas, envolvendo a comunidade, a unidade escolar, escolas não indígenas e escolas indígenas. Durante os jogos são praticadas as modalidades de arco e flecha, zarabatana, luta corporal, corrida de maracá, corrida com toras, arremesso de takapê (lança), corrida rústica. Além dos jogos, há exposição de comidas típicas, produções indígenas, artesanatos e ervas medicinais, assim como o awê (dança tradicional do povo Pataxó).

Em relação à Gincana Cultural, esse ano a previsão é que ela aconteça em 21 de julho. Essa gincana é bastante rica, pois tem como finalidade utilizar a cultura indígena e a cultura de outros povos em suas atividades. Na gincana que aconteceu no ano de 2022, houve diversas apresentações teatrais, abordando sobre o tema pluralidade cultural. Houve, também, Soletrando na Língua Portuguesa, tradução e pronúncia de palavras em Patxôhã, perguntas e respostas de Matemática, Torta na Cara, envolvendo perguntas de conhecimentos gerais, atividades relâmpagos envolvendo religião, além de diversos jogos e brincadeiras (nesse caso, mais voltadas para os estudantes da educação infantil e do ensino fundamental 1).

No que se refere ao Transformaê,

É um movimento educativo-cultural, proposto pela Secretaria da Educação do Estado às unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, com o objetivo de potencializar a produção científica, artística, literária, cultural e social da unidade escolar com a participação do coletivo da comunidade local.⁴

O CEIC, em anos anteriores, trabalhou o Transformaê, utilizando muitas questões culturais, artísticas e esportivas. No ano de 2018, por exemplo, pela manhã, houve palestras de pessoas da comunidade e de fora da comunidade, tratando sobre temas muito pertinentes à aldeia. Por exemplo, houve falas do cacique Adailton Pereira Braz e do Pajé Mário Braz, falando sobre a criação da aldeia; fala de Joel Braz (importante liderança do povo Pataxó), falando sobre o processo de retomadas e a importância dos Movimentos Indígenas; houve falas também do Aisan (Agente Indígena de Saneamento), dialogando sobre o processo de saneamento básico da comunidade. No turno vespertino, houve diversas modalidades esportivas. Já no período noturno, houve a exposição de produção artística e a apresentação de um filme indígena.

4. Disponível em <http://escolas.educacao.ba.gov.br/transformae>. Data de acesso: 19 de março de 2023.

Intercâmbios Estudantis Interculturais

Inicialmente, o Colégio Estadual Indígena de Corumbauzinho visitava as escolas não indígenas de forma aleatória, sem uma reflexão aprofundada. A partir de 2019, essa instituição de ensino tem promovido intercâmbios estudantis interculturais com a finalidade de romper com preconceitos e estereótipos sobre as populações indígenas, além de ajudar a cumprir e a fiscalizar a Lei 11.645/2008, que amplia a Lei 10.639/2003.

A Lei 11.645 de 2008 estabelece a obrigatoriedade do ensino da temática indígena, africana e afro-brasileira nas escolas não indígenas do Brasil. Através dos intercâmbios estudantis interculturais, que também já se encontram no Projeto Político-Pedagógico desta unidade escolar, os estudantes das escolas não indígenas aprendem muitas coisas sobre os povos indígenas. A dinâmica desses intercâmbios se dá através da exposição de artesanatos, ervas medicinais e comidas típicas; dramatizações e palestras sobre a realidade indígena, tanto Pataxó quanto brasileira; jogos e brincadeiras indígenas, etc. Em contrapartida, as escolas não indígenas também fazem apresentações diversas.

O Corumbauzinho já fez intercâmbios com escolas não indígenas, municipais e estaduais. Também já fez intercâmbios com a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Uma situação bastante inovadora foi um intercâmbio que o Corumbauzinho fez com um Colégio Particular de Linhares, no Espírito Santo, de forma *on-line*, chamado de Cristo Rei. Esse intercâmbio foi bastante inovador e proveitoso, considerando que os estudantes e professores estavam bastante avançados no conhecimento sobre a temática indígena.

Os intercâmbios estudantis interculturais acontecem durante todo o ano letivo. Assim, o mês de abril é o período onde há mais demandas de visitas às escolas não indígenas, assim como das escolas não indígenas ao colégio Corumbauzinho, principalmente no dia dos Povos Indígenas, 19 de abril.

Considerações Finais

Apesar de os professores de Corumbauzinho serem indígenas Pataxó, em sua grande maioria, muitos deles possuem dificuldades em trabalhar com a língua e com a cultura indígena, principalmente os professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental. Percebe-se que a falta de um professor de cultura dificulta o trabalho desses profissionais da educação, que além de lecionarem diversas disciplinas, ainda precisam se dedicar na questão linguística e cultural.

Como observado no texto, as escolas indígenas municipais de Porto Seguro possuem um professor de cultura específico para trabalhar com as turmas. Na escola Xokleng possui o orientador de línguas e o professor de língua, além de formações específicas sobre a língua. Em relação ao Colégio Estadual Indígena de Corumbauzinho, apesar de haver o esforço do Atxôhã e do programa Saberes Indígenas na Escola, ainda há professores que possuem dificuldades em trabalhar com a língua e com a cultura.

Mesmo com todas as dificuldades, os professores indígenas da aldeia Corumbauzinho esforçam-se para ofertar uma educação escolar indígena de qualidade. Todas as estratégias utilizadas são para fortalecer a língua e a cultura dos estudantes do colégio. Atividades como os intercâmbios estudantis interculturais, as datas comemorativas e o plano de ação são fundamentais para que o colégio de Corumbauzinho tenha um reforço cultural. Além disso, os educadores, em suas aulas, promovem atividades culturais à medida que eles conseguem, pois nem todos possuem um conhecimento aprofundado sobre a língua e a cultura indígena. Dessa forma:

[...] o trabalho com a língua em situação de vitalidade, retomada, ou até mesmo de reconstrução cultural, necessita de uma conjugação de saberes, esforços e ideias, incluindo a articulação entre conhecimentos de diferentes matrizes epistêmicas. Ou seja, todas as atividades criadas devem gerar aprendizagens coletivas e integração possível entre escola e os demais espaços educativos, partilhando experiências, sucesso, e muita motivação (SILVA, 2019, p. 7).

A Secretaria de Educação do Estado da Bahia pode ajudar a fortalecer a língua e a cultura indígena através de concursos públicos específicos para professor de cultura. Também pode ajudar promovendo mais forma-

ções continuadas para professores que atuam com a língua e com a cultura indígena, em parceria com as instituições/universidades e grupos de pesquisa da língua indígena, pois “[...] a formação do professor indígena tem papel fundamental diante de uma mudança na prática da escola indígena e da comunidade como um todo, diante da posição que ocupa na comunidade” (BERNARDI; DELIZOICOV; CEICCO, 2020, p. 16).

Referências

BANIWA, Gersem. **Educação Escolar Indígena no Século XXI: encantos e desencantos**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Mórula - Laced, 2019.

BERNARDI, Lucí D. S.; DELIZOICOV, Nadir C.; CEICCO, Bruna L. O professor da escola indígena contemporânea: reflexões sobre processos formativos e pesquisas no estado de Santa Catarina. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 22, p. 1-19, 2020.

BOMFIM, Anari B. Patxohã: a retomada da língua do povo Pataxó. **Revista Linguística**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 303-327, Janeiro 2017. ISSN 2238-975X. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/10433>. Acesso em: 26 Março 2023.

CAVALCANTE, Thiago Leandro V. História Indígena e Ensino de História: apontamentos críticos sobre currículos e a Base Nacional Comum Curricular. In: SAMPAIO, Paula F.; CAVALCANTE, Thiago Leandro V. **Povos Indígenas, Gênero e Violências: histórias marginais** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 11-27.

FEITOSA, Beatriz D. S. D. O.; SOUZA, Joádila A. D. Violência e Ebulho Territorial de Indígenas em Mato Grosso: investigação histórica do Relatório Figueiredo (1950-1960). In: SAMPAIO, Paula ; CAVALCANTE, Thiago Leandro V. **Povos Indígenas, Gênero e Violências: histórias marginais** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 65-84.

JORDÃO, Elinéia Luiz P. REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO PROFESSOR INDÍGENA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E EDUCAÇÃO INDÍGENA. **Web Revista Página de Debates: Questões de Linguística e Linguagens**, Três Lagoas, v. 1, n. 23, p. 18-29, Outubro 2022. Disponível em: <http://ojs.pantanaleditoraeditoria.com.br/index.php/linguisticalinguagem/article/view/164>. Acesso em: 26 Março 2023.

KAYAPÓ, Edson. A diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? In: SESC **Departamento Nacional Culturas indígenas, diversidade e educação**. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2019. p. 56-80.

KNAPP, Cássio. Um ensaio sobre os usos e apropriações da cultura escrita pelos indígenas nas Reduções Jesuítico-Guarani. In: SAMPAIO, Paula F.; CAVALCANTE, Thiago Leandro V. **Povos Indígenas, Gênero e Violências**: histórias marginais [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 28-45.

MORAES, Vanessa. Refletindo sobre as concepções de revitalização linguística e de língua morta a partir do contexto Kiriri. **Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 485-513, Maio/Agosto 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/viewFile/42315/25221>. Acesso em: 2 Abril 2023.

OLIVEIRA, Cristiane M. D.; COSTA, Francisco Vanderlei F. D. Voos na sabedoria: o ensino do Patxôhã na Escola Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê. **Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 461-484, Maio/Agosto 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/46721>. Acesso em: 26 Março 2023.

PADILHA, Margarete V. P. **Modos de transmissão, ensino e aprendizagem da língua Xokleng/Laklânô no contexto familiar e no ambiente escolar**. 2020. 20f. Artigo (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2020.

PORTO, Helânia T.; BONIN, Jiani A. A educação indígena Pataxó: entre distopias e utopias. **Tellus**, Campo Grande, v. 20, n. 41, p. 101-128, Janeiro/Abril 2020. Acesso em: 26 Março 2023.

SILVA, Maria do Socorro P. D. Políticas de retomada de línguas indígenas em diferentes contextos epistêmicos. **Articulando e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 4, n. e59089, 2019. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/18437>. Acesso em: 2 Abril 2023.

SILVA, Paulo de Tássio B. D. "Inteirando" a Língua: O Patxohã e suas paisagens híbridas no Território Kai-Pequi (Comexatiba). **ODEERE**, Jequié, v. 7, n. 3, p. 7-24, 2022. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/11555>. Acesso em: 2 Abril 2023.

SOUZA, Tânia C. C. D. Línguas indígenas, fronteiras e silenciamento. **Líng. e Instrum. Linguíst.**, Campinas, v. 24, n. 48, p. 132-150, Julho/Dezembro 2021. ISSN 1519-4906. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8666487>. Acesso em: 2 Abril 2006.